

ATA DA 460ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos onze dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral Rafael Morais Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, a Corregedora-Geral, Kathya Beja Romero, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e o Ouvidor-Geral, Alderon Pereira da Costa. O Presidente iniciou a sessão às 09h57min, encaminhando para leitura e aprovação da ata da 456ª Sessão Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Após, iniciou as comunicações da Presidência, informando que a Escola da Defensoria Pública e a Escola Paulista de Contas, relativa ao Tribunal de Constas do Estado, bem como a Defensoria Pública Geral participaram de uma reunião visando a realização conjunta de seminários e a produção de cartilhas. Neste sentido, informou que desde o ano passado a Escola da Defensoria Pública atua em conjunto com a Escola do Ministério Público e já teria enviado uma proposta de parceria com a Escola da Magistratura e do Legislativo. Parabenizou o Diretor da Edepe, Danilo Mendes, pelo empenho no fortalecimento das parcerias. Informou que foi protocolado hoje uma proposta para apreciação do Conselho Superior que visa a definição de política institucional de educação em direitos. Anunciou que com o objetivo de ampliar a prestação de assessoria jurídica complementar, havia sido firmado essa semana mais um convênio, sendo este, com a Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Nesse sentido, parabenizou a Assessoria de Convênios pelo empenho na expansão de parcerias com a instituição. Comunicou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 58/2015 junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa. Relembrou que a tramitação do projeto se faz em regime de urgência, seguindo agora para análise do plenário. Parabenizou a Associação dos Defensores e a dos Servidores pela forte atuação em prol do projeto. Informou ainda com relação ao projeto remuneratório que a gestão havia protocolado uma proposta de projeto substitutivo com o intuito de adequar o sistema de remuneração dos Defensores Públicos ao modelo de subsídio, sinalizado pelos Conselheiros do Tribunal de Constas do Estado. Parabenizou a Assessoria da Qualidade do Atendimento pelo recebimento de um prêmio internacional obtido em razão do programa de teleatendimento, que possibilitou a ampliação do atendimento à população carente. Após, franqueou a palavra ao Servidor Renato Seixas, um dos responsáveis pela condução do programa, para expor o prêmio recebido. Ele informou que este seria o quarto prêmio recebido pela instituição nos últimos dois anos, e destacou tratar-se de um prêmio latino-americano com o tema “Quando a tecnologia ajuda a buscar a justiça”. Considerou o prêmio de extrema importância para reflexão de melhorias no teleatendimento da Defensoria Pública, que seria a maior porta de entrada da instituição. Por fim, destacou que o prêmio é o resultado do trabalho conjunto de Servidores e Defensores pela constante melhoria do atendimento. Em seguida, entregou o troféu ao Presidente para o devido arquivamento. O Presidente estendeu os cumprimentos à Segunda Subdefensoria Pública-Geral, à Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Assessoria de Convênios, bem como os Servidores e Defensores pela dedicação e empenho ao projeto. Frisou a importância da Ouvidora-Geral pela participação efetiva no acolhimento de críticas e sugestões que possibilitam a melhoria do atendimento. Após, não havendo comunicações da Secretaria passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra a primeira inscrita, Daniela Cristina Campos, agente de Defensoria da Regional Infância e Juventude. Ela apontou a complexidade dos atendimentos realizados na unidade, como violência, abuso sexual, uso de drogas, vítimas de preconceito e nesse sentido, frisou a necessidade de suplementação do quadro de Psicólogos e Assistentes Sociais. Acrescentou que a unidade conta hoje com apenas três profissionais em exercício, o que tem causando desgaste físico e emocional aos Agentes em atuação. Por fim, agradeceu a previsão de concessão de novos cargos para a Regional e, ante o exposto, sugeriu o provimento imediato. Após, o Presidente franqueou a palavra a Carolina Rezende, Defensora Pública da Regional

Infância e Juventude. Ela endossou a manifestação da Daniela Campos, no que tange a defasagem de profissionais da unidade, considerando também o cargo de Defensores Públicos. Informou que os Defensores em atuação na fase de conhecimento enfrentam cotidianamente pauta dupla, em razão da designação de novos juizes e afastamentos por licença-maternidade. Mencionou haver uma grande preocupação com a qualidade do serviço prestado em razão das condições alarmantes de trabalho. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra Sr. Paulo Mariante, Representante do Fórum Municipal de Direitos Humanos de Campinas. Ele destacou o apoio da sociedade civil pela autonomia da Defensoria Pública, bem como o modelo público de assistência jurídica. Com relação a reunião ampliada da Ouvidoria realizada no dia dezoito de fevereiro, defendeu o direito de crítica à instituição e lamentou que algumas pessoas as tenham recebido de forma hostil, citando como exemplo, uma fala proferida na sessão anterior pela extinção da Ouvidoria. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Oficial de Defensoria Augusto Domingues. Ele criticou a postura do Departamento de Recursos Humanos por solicitar uma certidão comprobatória pelo benefício de afeamento em razão de serviços prestados a outra instituição, também de ordem pública. Nesse sentido, compreendeu ter havido desconfiança de sua idoneidade. Comunicou estar respondendo a três processos administrativos por danos ao veículo oficial da Defensoria Pública alheios à sua vontade. Nesse sentido, apontou a necessidade de humanização dos atos que disciplinam as atividades dos Servidores. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Sr. Messias Santos, membro do Comitê Municipal da População em Situação de Rua. Ele relatou problemas enfrentados por conhecidos ao utilizar o serviço de advocacia particular e defendeu o modelo público de assistência jurídica. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a defasagem de funcionários na Regional da Infância e Juventude, reconheceu a alta demanda da unidade e a possibilidade do enfrentamento da questão. Acrescentou que a Administração está atenta a necessidade de suplementação do quadro de funcionários do Regional. Agradeceu o apoio demonstrado pelo Sr. Paulo Mariante pelo modelo público de assistência jurídica e considerou este o principal posicionamento defendido pela Ouvidoria. Com relação a postura do Departamento de Recursos Humanos sobre o pedido de afastamento, compreendeu tratar-se de um procedimento padrão e informou que o departamento, possui canais próprios para o esclarecimento de dúvidas. Com relação ao pedido de humanização sobre as atividades exercidas pelos Servidores, apontou que todos os membros da instituição, são responsáveis pelo zelo do patrimônio público, e que os processos administrativos, contribuirão na apuração de culpa por parte do motorista ou não. Não ausência de culpa, não haveria necessidade de se preocupar. Considerou com relação a manifestação do Sr. Messias Santos, que de fato a presença da Defensoria Pública seria um diferencial em qualquer ação. Após, passou as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da apadep, Leonardo Scofano proferiu a leitura de uma nota elaborada pela Associação dos Defensores que demonstrou surpresa e insatisfação com relação a minuta de anteprojeto do PLC nº 58/2015, destacando entendimento da apadep, de que haveria perdas de remuneração pelo trabalho extraordinário, além de não haver definição dos principais efeitos junto ao Tribunal de Contas do Estado. O Conselheiro Luiz Eduardo informou estar preocupado com o julgamento do Tribunal de Contas em relação ao processo remuneratório por conta de encaminhamentos recentes. Relatou que a Unidade de Franco da Rocha teve o atendimento suspenso nesta sexta-feira em razão das fortes chuvas. Nesse sentido, acrescentou a recorrência de alagamentos na região, o que demanda uma breve atuação da Segunda Subdefensoria-Geral. O Conselheiro Bruno Napolitano esclareceu com relação ao alagamento da Unidade de Franco da Rocha, que houve o rompimento de uma comporta em Mairiporã, que causou o alagamento de toda a cidade vizinha, especialmente o local onde estão situadas as instituições públicas. Acrescentou que devido à elevação do prédio onde a Defensoria Pública está instalada, o prejuízo teria sido um pouco menor se comparado as demais instituições. Informou que a Coordenadoria-Geral de Administração já teria sido acionada para realizar o levantamento dos estragos e adotar as medidas necessárias. Com relação a defasagem de agentes na Regional da Infância e Juventude, informou que houve o deslocamento de um agente para atuação no CAM, mas por questões de saúde não pode mais permanecer na Regional. Acrescentou que será reagendada uma nova reunião com a Unidade para discussão dos problemas e informou estar aberto ao recebimento de

sugestões. Comunicou que nesta semana, houve a realização das provas orais relativas ao VII Concurso de Defensor Público e destacou o ótimo desempenho dos candidatos. O Conselheiro Augusto Barbosa comemorou a ampliação da assistência jurídica complementar através de um novo convênio e lembrou tratar-se do oitavo convênio com faculdades firmado somente nesta gestão. Acrescentou que a iniciativa além de melhorar a qualidade do atendimento suplementar, seria bem menos custoso que o convênio da OAB. Com relação a minuta de anteprojeto do sistema remuneratório, sugeriu a abertura de consulta pública para intensificar o diálogo. Destacou que o subsídio está previsto na Constituição e pode proporcionar maior segurança jurídica para a instituição, além da equiparação salarial com as carreiras similares. Apontou que não haveria redução do nível remuneratório atual, mas ainda assim, a minuta prevê uma redução no impacto orçamentário se comparado a proposta atual. Com relação as manifestações acerca da Regional Infância e Juventude, informou ter solicitado informações para ao Coordenador da Unidade, afim de avaliar a melhor alternativa. O Conselheiro Bruno Miragaia parabenizou a administração por apresentar políticas sólidas para atividades tão importantes quanto a educação em direitos e a atuação extrajudicial. Com relação a proposta de subsídio, informou que na condição de Defensor Público e Associado da apadep, não se sentiu representado pela nota proferida e acrescentou que a apadep teria muito mais a acrescentar do que meramente apresentar queixas. Com relação a Regional de Franco da Rocha, considerou necessária a atuação da Defensoria Pública no apoio as comunidades afetadas pelo alagamento. O Conselheiro Wagner Ribeiro acompanhou o entendimento do Conselheiro Bruno Miragaia com relação a iniciativa de educação em direitos. Com relação ao anteprojeto acerca do sistema remuneratório, informou que de forma preliminar, a proposta visa a equiparação salarial dos Defensores Públicos com segurança jurídica. Visando minimizar os impactos ocasionados pela defasagem de Agentes na Regional da Infância e Juventude, sugeriu a análise do volume de trabalho de outras Unidades com mais de uma dupla no CAM e posterior redistribuição dos profissionais. Com relação a Defasagem de Defensores, sugeriu um estudo detalhado das reais necessidades da Regional com o objetivo de melhor distribuição dos profissionais na próxima oportunidade. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa agradeceu a Subouvidora da Unidade Infância e Juventude da Capital, Gabriela Galetti Pimenta, por ter representado a Ouvidoria na última sessão do Conselho. Informou que nos dias quatorze e quinze do mês de março, o Colégio de Ouvidorias estaria se reunindo em São Paulo e que na parte da manhã do dia quatorze, a reunião será aberta e contará com a participação da ex-Ouvidora Luciana Zaffalon. Comunicou que nesta semana a Ouvidoria publicou seu relatório de atividades e providenciou a distribuição do material aos Conselheiros. Ressaltou que as informações também estariam disponíveis através do portal da Ouvidoria. Citou a importância do relatório na análise e necessidade de demandas como o aprimoramento dos mecanismos e informações institucionais, visto que quase metade dos contatos com a Ouvidoria seriam pedidos de informações simples. Anunciou que, a partir do dia quatorze de março, estariam abertas as inscrições para o prêmio “Justiça para Todas e Todos – Josephina Bacariça”, com a entrega prevista para o dia nove de maio. Esclareceu que o objetivo é motivar e incentivar boas práticas e que todas as Unidades poderiam participar, incluindo Defensores e Servidores. A Corregedora-Geral, Kathya Beja comunicou que seria emitido um comunicado no dia trinta e um de março noticiando a publicação do anuário da Defensoria Pública. Acrescentou que muitos Defensores não apresentaram os relatórios no ano passado e faltariam ainda o recebimento de aproximadamente quatrocentos relatórios. Nesse sentido, fez um apelo para que os dados fossem enviados o mais breve possível. O Conselheiro Pedro Avellar, indagou quando seria retomada as discussões acerca das gravações do Conselho, que em seu entendimento estariam sendo realizadas de forma irregular. Destacou a importância de agilizar as tratativas do concurso de promoção de nível III para o nível IV relativo ao ano de 2015, visando não comprometer o andamento dos trabalhos do concurso de promoção de 2016. O Conselheiro Bruno Napolitano esclareceu que o prazo de impugnação com relação ao concurso de promoção de nível III para o nível IV de 2015 estaria se encerrando hoje, o que permitirá apreciação do processo na próxima semana. O Conselheiro Luís Gustavo comunicou que esteve durante a semana na nova sede da Unidade de São Vicente e destacou a boa estrutura da nova edificação, que possui amplo espaço para acomodação do público, salas de reunião e local para palestras de educação em direitos. Acrescentou que já estaria agendado um programa

de treinamento e instalação do DOL, além de discussões com relação ao novo modelo de triagem. Comunicou que a Primeira, Segunda, Terceira Subdefensorias e a Assessoria de Qualidade, bem como o Núcleo de Habitação e Urbanismo estariam discutindo as implicações no novo CPC, como por exemplo o pagamento das perícias e haveria expectativa de apresentar proposta de regulamentação ao Conselho Superior no prazo de dois meses. O Presidente acrescentou que participaria de uma reunião com Tribunal de Justiça para discussão do tema, além da participação da Defensoria Pública nos CEJUSCs. Consigna-se que as 11h10min o Representante da Apadep Leonardo Scofano foi substituído pela Franciane Marques. O Conselheiro Rafael Bessa parabenizou especialmente o Assessor Civil, Antônio Machado pela iniciativa de educação em direitos. Parabenizou a instituição pelo recebimento do prêmio relativo ao teleatendimento e destacou que o projeto teve início na gestão passada, sendo mantido e aprimorado na atual gestão. Com relação ao sistema remuneratório, considerou a minuta de anteprojeto adequada ao cenário atual e que a proposta de discussão com a carreira seria bem-vinda. Criticou que a nota exposta pela apadep estaria realizando um pé julgamento da proposta. Com relação a defasagem de profissionais na Regional Infância e Juventude, sugeriu a realização de um levantamento das situações emergenciais visando a antecipação de posse para novos cargos. Nesse sentido, lembrou de ser o relator do projeto de distribuição de cargos e que após retorno de consulta pública o mesmo estaria agora em análise na Primeira Subdefensoria Pública-Geral. O Conselheiro Horácio comunicou que seria protocolado no Conselho Superior uma proposta que visa a extensão da licença paternidade, de acordo com a aprovação recente na legislação. Com ao sistema remuneratório, criticou que a nova proposta não traz equiparação salarial com a Magistratura e o Ministério Público e ainda poderia reduzir o salário dos Defensores Públicos. Considerou a proposta muito semelhante a que havia sido apresentada pela apadep. Considerou importante antecipar a busca de alternativas para preparar as Unidades com relação aos afastamentos por licença-maternidade, antes da saída das Defensoras Públicas, evitando com isso a defasagem de profissionais como no caso da Regional Infância e Juventude. Não havendo mais inscritos para manifestações, o Presidente Prestou os seguintes esclarecimentos. Estranhou a surpresa com relação nova proposta do sistema remuneratório, pois a possibilidade de apresentação da minuta já vinha sendo discutida nas últimas três sessões do Conselho Superior, inclusive com apresentação de premissas. Acrescentou que o modelo de subsídio vinha sendo discutido em diversos órgãos, tornando-se uma imposição da Constituição também para Defensoria Pública. Colocou ainda que a redução do impacto orçamentário contribuirá para uma tramitação mais ágil junto ao Executivo, visto que o regime de urgência permanecerá. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 254/16 (Excetuado a pauta). Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Direito Processual", no período de 16, 21 a 23 de março; 06 e 15 de abril; e 13 de junho de 2016. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto em razão da urgência do evento, votando pelo deferimento do pedido. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, no período de 16, 21 a 23 de março; 06 e 15 de abril; e 13 de junho de 2016. CSDP nº 255/16 (Excetuado a pauta). Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Seminário diálogos públicos: Ministério e Sociedade - polícia democrática e direito à segurança", a ser realizado nos dias 16 e 17 de março de 2016. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir os nomes indicados pela Escola da Defensoria Pública, como pleiteado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Davi Quintanilha Failde de Azevedo, Leonardo Biagioni de Lima e Victor Luiz Oliveira da Paz. Consigna-se que o Conselheiro Luis Gustavo pediu exceção do processo CSDP 258/16, cujo pedido havia sido distribuído naquela manhã à sua relatoria. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar discordou da urgência, e manifestou que não haveria prejuízo em

aguardar o prazo regimental de duas sessões. Acompanhou o entendimento o Conselheiro Alexandre Orsi, Horácio Xavier e Luiz Eduardo Coelho. O Conselheiro Luis Gustavo manifestou a necessidade de abertura de prazo para consulta pública. Após as discussões, não houve consenso de incluir o processo na ordem do dia, pois os Conselheiros Alexandre Orsi, Luiz Eduardo e Horácio Xavier entendiam que não havia urgência de julgamento do processo CSDP nº 258/16. Em seguida, o Presidente encaminhou para votação, sendo aprovada, por maioria de votos, vencidos os Conselheiros Alexandre Orsi, Horácio Xavier e Luiz Eduardo, pela inclusão do processo em pauta. Assim, o Presidente chamou para discussão o processo CSDP nº 258/16 (Excetuado a pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator proferiu o voto oral no sentido de abrir prazo de consulta pública, no prazo de dez dias, a fim de discutir o seu mérito oportunamente. O Conselheiro Alexandre Orsi discordou da urgência, no entanto, mostrou a importância de colher a opinião dos Defensores. O Conselheiro Luiz Eduardo sugeriu que, antes de abrir a consulta pública, fossem disponibilizados todos os dados relevantes da construção da proposta, a fim de que os Defensores Públicos opinassem sobre o projeto. O Conselheiro Pedro Avellar discordou da abertura de consulta pública, alegando que o pleito não diz respeito ao serviço prestado aos usuários. O Presidente ponderou que os Defensores Públicos não deveriam ser tolhidos de se manifestarem, e afirmou que todos os dados serão disponibilizados na consulta pública. O Conselheiro Horácio Xavier criticou o pedido de urgência, pois não tinha informações da proposta para abertura de consulta pública. Sugeriu que houvesse a disponibilização de dados como a redução de salário e se a medida trará economia de recursos para a instituição. A Representante da Apadep, Franciane Marques indagou se a proposta encaminhada era a mesma apresentada pela Apadep, que foi rechaçada pelo Conselho Superior. O Conselheiro Luis Gustavo negou que fosse a mesma proposta, e apontou que a proposta tem como base o pagamento do salário em subsídio, ao contrário de vencimentos. O Presidente acrescentou que a nova proposta segue os parâmetros adotados pelo Ministério Público e em outras Defensorias Públicas Estaduais. Em razão da fase do PLC nº 58, comunicou que teve a informação do Assessor Parlamentar, de que não há possibilidade de desmembramento do projeto dos vencimentos de Servidores e Defensores, sendo assim, considerou que este é o momento ideal para encaminhamento do projeto substitutivo, motivo pelo qual defendeu a urgência da abertura de consulta pública, visando encaminhar o quanto antes o projeto à Assembleia Legislativa. O Conselheiro Augusto Guilherme considerou importante que a administração apresente o estudo de impacto orçamentário, assim como os valores previstos de salário de cada nível. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que a administração apresentasse os dados na próxima sessão do Conselho Superior, de modo que fosse decidido a abertura da consulta pública. O Conselheiro Bruno Miragaia sugeriu abrir a consulta pública, e que a administração apresentasse os dados no momento da divulgação do comunicado, sendo possível a análise pelos Defensores Públicos. Após, pontuou que, caso o Conselho Superior entendesse pertinente, solicitariam o incremento de dados e eventualmente a dilatação do prazo. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que houvesse um prazo elástico, tendo em vista o calendário eleitoral, opinando pelo prazo de quarenta dias, sendo analisada fora do período eleitoral. O Presidente mostrou a importância de análise da proposta com seriedade, visando amadurecer todas as questões, e entendeu que o calendário eleitoral não deveria afetar os trabalhos do Conselho Superior. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, abrir prazo de consulta pública, no prazo de 10 (dez) dias, a ser publicado oportunamente. Vencido os Conselheiros: Pedro Antonio de Avellar, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Horácio Xavier Franco Netto e Alexandre Orsi Neto, que votavam pela abertura de consulta pública, no prazo de 40 (quarenta) dias. Consigna-se que às 13h25min o Presidente se ausentou da sessão, sendo substituído pela Corregedora-Geral, Kathya Beja Romero. CSDP nº 248/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e

Juventude. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indicar os Defensores Públicos Fernando Catache e Luciano Castrequini ao Núcleo Especializado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar os Defensores Públicos Fernando Catache Borian e Luciano Castrequini Bufulin para compor o Núcleo Especializado da Infância e Juventude, e aprovar a lista dos seguintes suplentes: Rafael Pitanga Guedes e Mariana Carvalho Nogueira. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h27min, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da

Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. Processo (CSDP nº). Interessados/as, (206/15). Alexandre Orsi Netto. (218/15). Gislaine Calixto. (221/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (225/15). 2016Luisa Hamud Morato de Andrade. (233/15). Otoniel Katumi Kinuti. (247/15). Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. (259/15). Valeria Silva do Nascimento. (286/15). Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. (295/15). Amanda Polastro Schaeffe. (302/15). Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. (321/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (334/15). Francisco Romano. (353/15). Elpidio Francisco Ferraz Neto. (361/15). Rafael Ramia Muneratti. (365/15). Marco Andre de Freitas. (367/15). Leandro de Castro Silva. (368/15). Sidnei Francisco Neves. (379/15). Luis Marcelo Mendonça Bernardes. (388/15). Gisele Ximenes Vieira dos Santos. (395/15). Fabiana Ferraz Luz Mihich. (408/15). Carlos Henrique Airon Loureiro. (410/15). Renata Flores Tibyriça. (426/15). Mateus Oliveira Moro. (428/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (432/15). Marlise Costa Girardeli. (443/15). Patricia Simeonato. (444/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (445/15). Camila Ueno. (446/15). Sandra Maria Shiguehara. (447/15). Patricia Luciola Dias de Moraes. (448/15). Renato Isnard Khair. (449/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (450/15). Luciana Rosa Pinheiro Rodrigues. (453/15). Tiago Fensterseifer. (457/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (458/15). Patricia Biagini Lopes. (471/15). Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. (475/15). Bruno Lopes de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores

Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo). Interessados/as: (011/16). Eric Guilherme Ferreira de Carvalho; (012/16) Leonardo Arantes Vicentini; (013/16). Marcel Benetti Boer; (015/16). Fabio Henrique Esposto; (019/16). Lizandra Rabelo Duarte; (020/16). Laura Barbosa Ravagnani; (026/16). Thais de Assis Figueiredo Guimarães Aiello; (034/16). Celso Leo Yamashita; (035/16). Felipe Balduino Romariz; (037/16). Felipe Amorim Princesa; (038/16). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza; (041/16). Nayara Rocha Rincon; (042/16). Guilherme Diniz Barbosa; (047/16). Luiz Otavio Contim Ferratto; (048/16). Anderson Almeida da Silva; (049/16). Clodoaldo Saguini Junior; (050/16). Fernando Pinheiro Gamito; (052/16). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva; (054/16). Allan Ramalho Ferreira; (055/16). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes; (058/16). Lucia Thome Reinert; (062/16). Urbano Finger Neto; (064/16). Hendrinne Fontana Noorduin; (065/16). Raul Carvalho Nin Ferreira; (066/16). Rafael de Paula Eduardo Faber; (067/16). Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro; (068/16). Fernanda Penteado Balera; (069/16). Danilo

Tadeu Szigmond Franco; (070/16). Daniel Palotti Secco; (071/16). Ligia Cintra de Lima Trindade; (072/16). Samuel Friedman; (074/16). Renato Campolino Borges; (077/16). Davi Quintanilha Failde de Azevedo; (084/16). Carlos Eduardo de Moraes Domingos; (088/16). Cecilia Cardoso Soares; (092/16). Thiago de Luna Cury; (093/16). Alline Delbem; (095/16). Dione Ribeiro Basilio; (096/16). Luciano Dal Sasso Masson; (099/16). Octavio Augustus Cordeiro; (100/16). Sergio Andre Weise Chinez; (102/16). Luiz Felipe Vanzella Rufino; (104/16). Claudia Manning; (105/16). Carla Pinheiro Martins; (107/16). Julio Cesar Valse; (111/16). Danielle Rinaldi Barbosa; (112/16). Diogo de Almeida Lopes; (115/16). Helena de Lacerda Rodrigues Lage; (116/16). Estela Waksberg Guerrini; (117/16). Adriano Pinheiro Machado Buosi; (122/16). Soraia Anka; (123/16). Gabriela Galetti Pimenta; (127/16). Mariana de Gouvea Guarda; (128/16). Manuela Beatriz Gomes; (129/16). Ana Carolina Minutti; (130/16). Fernanda Silva Guido; (133/16). Andrea de Almeida Brunhari Bullara; (138/16). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto; (141/16). Renata Scanduzzi da Silveira; (142/16). Maira Ferreira Tasso; (145/16). Julia Aparecida Romão da Silva; (146/16). Lucas Akira Pascoto Nishikawa; (147/16). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza; (148/16). João Ricardo Meira Amaral; (149/16). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos; (150/16). Dennis Gerson Camargo Ramos Salgretti; (151/16). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante; (152/16). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo; (174/16). Julio Camargo de Azevedo; (175/16). Tatiana Mendes Soares Bacheaga; (178/16). Isabela Halley Hatty; (185/16). Juliana Alves de Almeida; (188/16). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo; (189/16). Angelo de Camargo Dalben; (190/16). Felipe Hotz de Macedo Cunha; (210/16). William Roberto Casimiro Braga; (211/16). Michelle Boaventura Cordeiro; (212/16). Marcelo Dayrell Vivas; (215/16). Rafael Pitanga Guedes; (217/16). Alessandra Pinho da Silva; (221/16). Paula Sant'Anna Machado de Souza; (224/16). Gustavo Picchi; (228/16). Laura Naves Filisbino; (229/16). Tatiana Campos Bias Fortes; (231/16). Ricardo Augusto Paganucci Lodi; (232/16). Priscila Domiciano da Silva; (233/16). Fausto Dalmaschio Ferreira; (234/16). Fernanda Capitanio Macagnani Soldi; (235/16). Danielle Gaiotto Junqueira; (238/16). Monica de Toledo Thomazella; (241/16). Fabiana Julia Oliveira Resende. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h27min. Eu, Esdra Germania de Lima, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos onze dias do mês de março do ano de 2016.

Rafael Morais Português de Souza  
Presidente

Kathya Beja Romero  
Corregedora-Geral

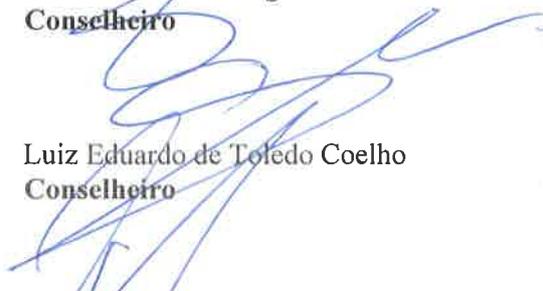


Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**

Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**



Bruno Ricardo Miragaia Souza  
**Conselheiro**



Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**



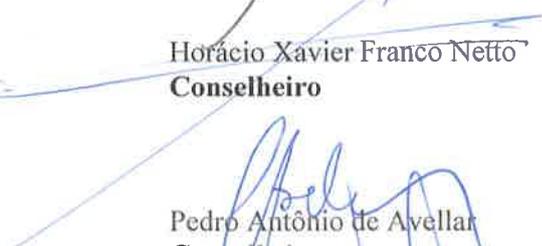
Leonardo Scofano Damasceno Peixoto  
**Representante da Apadep**



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**3º Subdefensor Público-Geral**



Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**



Horácio Xavier Franco Netto  
**Conselheiro**



Pedro Antônio de Avellar  
**Conselheiro**

Wagner Ribeiro de Oliveira  
**Conselheiro**



Franciane de Fatima Marques  
**Representante da Apadep**